

PMS	FVLE	SERIN
BIBLIOTECA		
Jornal	Jornal da Bahia	
Data	04/05/99	
Caderno	7	
Seção		
Assunto	Habitação	

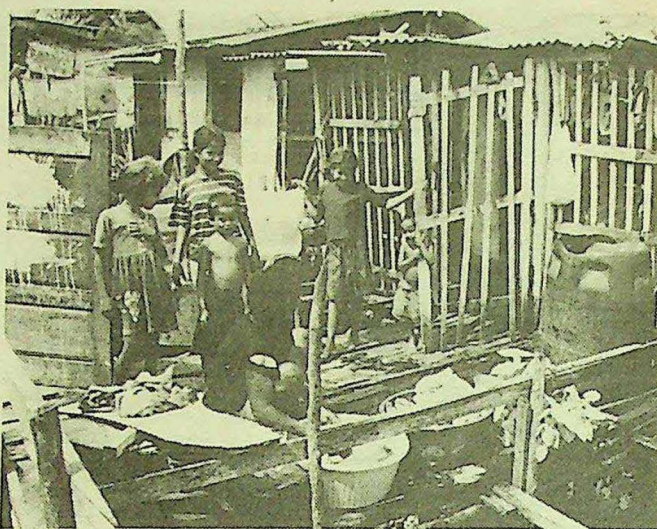
Bahia é excluída de programa habitacional

A Bahia apresenta um déficit habitacional estimado em 500 mil moradias. Dados da Conder revelam que 96,38% dos sem-teto possuem renda de até 5 salários mínimos e deste total, 70,90% sobrevivem com até dois salários ao mês. Apesar de cerca de 4% da população não ter casa para morar, a Bahia não foi contemplada pelo Programa de Habitação de População de Baixa Renda, lançado semana passada pelo governo federal. O programa destina R\$ 3 bilhões apenas para os estados de Rio de Janeiro e São Paulo e deve gerar 280 mil empregos nos próximos dois anos.

As construtoras, que atravessam um período de estagnação no mercado imobiliário, receberam a notícia da exclusão da Bahia no programa com desânimo. De acordo com Luís Augusto Amoedo, presidente da Ademi (Associação de Dirigentes de Empresários do Mercado Imobiliário), "a insatisfação do setor é geral" com a atitude do governo. Amoedo revela que a construção civil oferece 50 mil empregos diretos e é considerado um ramo "de retorno rápido", além de "empregar e movimentar a economia".

O empresário comenta que os projetos lançados pelo governo na área de habitação ajudam a movimentar a construção civil mas poderiam ser melhores se fossem discutidos por pessoas que convivem diariamente com as peculiaridades do setor. "Como está, não vai surtir muito efeito". Amoedo argumenta que o aluguel é "relativamente caro e não é para quem recebe salário mínimo".

A sugestão apresentada pelo representante do setor de construção civil é de que o



Perfil

Entre os sem-teto baianos, 96,38% possuem renda de até cinco salários mínimos

governo federal invista em infra-estrutura, etapa da produção que encarece as obras, e que atualmente vem sendo feita pelas construtoras. "Se o governo resolvesse bancar a infra-estrutura, haveria condições de produzir imóveis melhores e mais baratos", observa. "O grande problema é jogar R\$ 3 bilhões nisso e não haver continuidade do programa. Sem continuidade, os projetos não têm tido sucesso e o déficit habitacional continua", completa.

Amoedo teme que o investimento não retorne para a Caixa Econômica Federal - operadora do programa - porque poderá existir inadimplência e "a CEF não tem estrutura para cobrar os aluguéis", alerta. No entanto, diz que o programa seria oportuno para o momento "atravessado pelo setor no estado. "Para o construtor que está

parado e o operário que está precisando trabalhar, o dinheiro viria bem. É uma discriminação com a Bahia", conclui.

Ainda que seja oficialmente direcionado para famílias de baixa renda, o programa não deverá atingir a faixa de população que recebe o novo salário mínimo de R\$ 136,00. O projeto prevê um contrato de leasing (utilização do bem com opção de compra no final do contrato) e obriga o pagamento mensal de 0,6% do valor total do imóvel com direito à aquisição, após 15 anos de uso, pagando o restante do valor definido para a casa. O exemplo utilizado pelo governo é o de uma casa avaliada em R\$ 15 mil, pela qual o mutuário deverá pagar R\$ 90 ao mês, além de uma taxa de ocupação de R\$ 95,00.

GIOVANNA CASTRO
Repórter